

É NECESSÁRIO CONSENSUALIZAR UM CONTRATO SOCIAL PARA O SETOR BANCÁRIO

A Europa atravessa hoje um dos momentos mais críticos de toda a sua existência e Portugal, enquanto membro da Comunidade Europeia, não fica incólume a essas dificuldades.

A situação que se vive atualmente apresenta grandes semelhanças com o sucedido nos anos trinta do século passado, com a Grande Depressão que os Estados Unidos da América atravessaram e com as consequências que daí advieram.

Quer a Grande Depressão, quer a crise que hoje se vive a um nível quase planetário tiveram origem numa crise no setor financeiro que acabou por arrastar países para situações de graves dificuldades económicas, e não só, como acontece com Portugal.

Contudo, salvo casos esporádicos vividos no setor financeiro português, a Banca Portuguesa tem conseguido responder afirmativamente às dificuldades com que se tem deparado, muito graças à dedicação e empenho dos trabalhadores do setor que, na maior parte das vezes, não veem reconhecido este seu esforço por parte das entidades patronais do setor, acabando por se transformarem em vítimas de situações para a qual em nada contribuíram.

Casos recentes como o Banco Português de Negócios e Banco Privado Português são disso um bom exemplo, mas outros se poderiam apontar.

Se no segundo caso (BPP) o encerramento foi a solução encontrada, no primeiro (BPN), através da sua nacionalização e posterior reprivatização, outro caminho foi adotado, embora – há que o afirmar de forma clara - a solução traçada para as Empresas do Grupo e para um grande número dos seus trabalhadores não tenha sido a que melhor respondeu aos seus legítimos interesses.

A transferência de um número elevado de trabalhadores do BPN para empresas veículo mais não serviu do que adiar uma solução que permitisse resolver os problemas dos trabalhadores abrangidos neste processo. E o que se perspetiva com a abertura de um concurso público para encontrar uma empresa que irá fazer o mesmo serviço que atualmente é feito pelos trabalhadores poderá servir os interesses de muita gente, mas não serve claramente os interesses dos trabalhadores que vão ser vítimas de tal medida.

Os Trabalhadores Social Democratas sempre prezaram os valores do trabalho e o bem-estar daqueles que tudo fazem para valorizarem as empresas da qual dependem, pelo que – há que dizê-lo sem medos -, num momento em que o desemprego aumenta assustadoramente no País, aquela solução encontrada é profundamente lesiva dos interesses e dos direitos dos trabalhadores e atentatória daqueles valores.

Os Trabalhadores Social Democratas acreditam, genericamente, nas medidas que têm vindo a ser tomadas pelo Governo e, por isso, têm tido, ao longo do último ano, um posicionamento responsável e equilibrado mas, compete-nos afirmá-lo, não pode valer tudo para se atingirem os objetivos que se têm de alcançar. Por detrás de cada trabalhador que se encontra na situação de desemprego há uma família em dificuldades, há filhos que veem ser postos em causa os seus objetivos, há pais que julgavam poder gozar a sua velhice em tranquilidade e que agora questionam se o vão conseguir.

Causa por isso mais estranheza, num momento em que a Banca Portuguesa precisa, tal como a restante banca europeia, de alguma tranquilidade, a proposta que ALGUNS Bancos apresentaram aos Sindicatos de alteração da convenção coletiva que até agora tem regido as relações de trabalho do setor.

Trata-se de uma proposta provocatória, que mais não visa que a total desregulamentação daquelas relações, tendo em vista a “legitimação”, pela omissão, dos atropelos com que diariamente os bancos agridem os seus trabalhadores, como se a estes, isso sim, não tenha de se pôr cobro.

Ao procederem deste modo os bancos – ALGUNS – mais não pretendem do que afrontar os sindicatos, que de forma responsável, ao longo dos últimos anos, têm respondido aos desafios que se lhe têm vindo a colocar. E dentro destes, onde estão representados, os Trabalhadores Social Democratas têm sabido gerir, com bom senso, mas também com determinação, o equilíbrio que deve existir entre empregadores e trabalhadores numa área tão sensível como é o sistema financeiro.

Os responsáveis bancários nem sempre têm acompanhado este esforço, que de forma consciente, tem vindo a ser feito pelos sindicatos.

ATÉ QUANDO VAI ISTO CONTINUAR?

A crise que atravessamos tem origem bem definida e o setor bancário sabe o quanto contribuiu para a mesma.

Os sindicatos, nos quais os TSD se reveem, querem e estão disponíveis para encontrarem soluções, embora se duvide, em face das últimas posições assumidas por ALGUNS bancos, que estes pretendam um setor tranquilo.

Os trabalhadores bancários merecem respeito por parte dos responsáveis das Instituições de Crédito e dessa exigência os TSD não abdicam.

Os Trabalhadores Social Democratas, neste momento, querem deixar bem clara a sua posição, que se pode sintetizar em quatro ideias basilares:

- A justiça social não é uma ameaça para a eficiência dos mercados.
- Qualquer contrato social tem sempre em vista a defesa dos mais desprotegidos.
- Há sempre alternativas válidas e eficazes, desde que impere a boa fé e a vontade negociais.
- Não é admissível que aqueles que menos têm em tempo de prosperidade sejam os que, proporcionalmente, mais sofram em tempo de crise.

É POR ISSO QUE SOMOS TRABALHADORES SOCIAL DEMOCRATAS.

Lisboa, 6 de Agosto de 2012

O Secretariado Nacional